

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA GUINÉ-BISSAU: CONTRIBUTOS DA FEDERAÇÃO KAFÔ NO SETOR DE FARIM

Queita Embaló
Reginaldo de Oliveira Nunes

Resumo

Embora seja impossível manter todos os recursos naturais intactos, a sugestão é proteger certas áreas do planeta, contribuindo para um mundo mais equitativo e com maior disponibilidade de alimentos. Este trabalho visa analisar os impactos positivos da atuação da KAFO no setor de Farim, Guiné-Bissau, em relação às políticas de preservação e conservação da biodiversidade em áreas rurais para promover o desenvolvimento sustentável local e nacional. A pesquisa, utilizando abordagens descritiva e exploratória, revela que as ONGs desempenham um papel crucial como intermediários entre as comunidades rurais e o Estado. A KAFO destaca-se ao incentivar práticas sustentáveis e dinamizar as comunidades rurais, especialmente no setor de Farim, onde contribuiu para o desenvolvimento de organizações rurais, redução da fome, aumento do conhecimento socioecológico e empoderamento das mulheres. Acredita-se que as expectativas do projeto KAFO, como a erradicação da fome e a preservação da biodiversidade em zonas rurais, são cruciais para a conservação do ambiente na Guiné-Bissau. A atuação da KAFO é vital para evitar o desmatamento, proporcionando bem-econômico, social e cultural aos habitantes das aldeias estudadas e do país como um todo.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Meio Ambiente; Guiné-Bissau

1 INTRODUÇÃO

A República da Guiné-Bissau, localizada na África Ocidental, destaca-se por sua posição geográfica favorável aos estudos ambientais,

abrangendo uma região litorânea rica em recursos naturais e biodiversidade, com 36.125 km². Possui clima tropical e faz fronteira com Senegal ao norte, Guiné-Conacri ao sul e leste, e Oceano Atlântico. A cidade de Farim, no setor administrativo do Oio, é vulnerável ambientalmente, carecendo de unidades de conservação estatais. O centro da Federação Camponesa KAFO, em Djalicunda, a pouco mais de 10 km de Farim, desempenha um papel relevante, incluindo uma estação de rádio (Biai; De Sousa, 2019).

A abordagem central enfatiza a interligação entre justiça social, equidade socioambiental, economia e bem-estar global, fundamentando-se na compreensão e prática da conservação da natureza pelos seres humanos (Caropal, 2016; De Oliveira, 2020; Alves, 2014). A reflexão sobre justiça social, conforme Guedes (2013), é essencial para a educação ambiental e busca efetiva da sustentabilidade, incluindo críticas ao sistema financeiro.

A necessidade de incentivar práticas sustentáveis para a formação de cidadãos capazes de lidar com o meio ambiente e sua conservação, especialmente nas áreas rurais, é ressaltada. A discussão abrange desafios associados ao desenvolvimento sustentável, com uma injustiça evidente nas comunidades mais vulneráveis (Dias; De Oliveira Dias, 2017; Guedes, 2013).

Considerando o crescimento demográfico e a injustiça na pegada ecológica mundial, destaca-se a urgência de buscar soluções socioambientalmente equitativas para evitar impactos negativos, como o esgotamento de recursos naturais e aumento do analfabetismo, principalmente em países em desenvolvimento (De Oliveira, 2020).

Diante das projeções da FAO sobre o aumento de 60% na produção de alimentos até 2050, destaca-se a necessidade de um posicionamento mundial urgente na busca de soluções socioambientalmente equitativas (Nascimento, 2018). O foco final do texto é responder à pergunta: Qual é o contributo da KAFO no setor de Farim e por que é importante para o desenvolvimento sustentável local e nacional em meios rurais? O trabalho busca entender as repercussões positivas da KAFO, seus impactos e desafios no setor de Farim, no contexto das políticas de preservação e conservação

da biodiversidade em zonas rurais, em prol do desenvolvimento sustentável local e nacional.

2 DESENVOLVIMENTO

A metodologia adotada neste trabalho baseou-se em uma revisão de literatura, seguindo uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, como a consulta de documentos formais da Guiné-Bissau e da KAFO. A natureza qualitativa permitiu uma análise aprofundada e compreensiva dos temas abordados.

A seleção das fontes bibliográficas considerou obras relevantes, incluindo Alves (2014), Barros (2017), Camara (2015), Caporal (2016), Dabó (2022), De Castro Lima; Insali (2019), Dju et al. (2021), Dias; De Oliveira Dias (2017), De Oliveira (2020), EcoPestSupression (2021), Fernandes (2019), Guiné-Bissau (1996), Guedes (2013), Manual de gestão Kafo-COM (2015), Nascimento (2018), Pinto; Seck (2013), REDSAN-PALOP (2012), entre outros. Essa ampla revisão bibliográfica proporcionou uma base teórica robusta para a análise dos dados.

O trabalho está estruturado em diversas seções, começando por "Conhecendo o projeto da Federação Camponesa Kafo", onde é introduzido o projeto e seus impactos regionais e nacionais. A segunda seção aborda os resultados e as discussões relacionadas, proporcionando uma análise detalhada dos feitos da KAFO. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais e responde à questão central da pesquisa, oferecendo uma conclusão abrangente e reflexiva sobre os temas abordados.

O projeto da Federação Camponesa KAFO é de suma importância para o contexto rural, sendo uma organização sem fins lucrativos dedicada ao empoderamento dos camponeses, defesa de seus direitos e interesses históricos e imediatos. Reconhecida como uma das maiores organizações de camponeses na Guiné-Bissau e na África subsaariana. A KAFO é composta por mais de 25.000 camponeses, englobando mulheres, jovens e homens, que ativamente participam na definição e execução de opções de desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental, com uma

abordagem comunitária, participativa, inclusiva e integral (Ecopestsupression, 2021). Com o efeito, em países em desenvolvimento como no caso da Guiné-Bissau, as possíveis soluções para maximização da produção agrícola e da segurança alimentar leva o aumento da produção agrícola através de uma intensificação ambiental (ecológica), centrada em soluções baseadas na natureza e na gestão de serviços ecossistêmicos (Ecopestsupression, 2021).

No que concerne às práticas do desenvolvimento sustentável da KAFO, o projeto possui planos de melhoria do bem-estar social e econômico da classe trabalhadora do setor da agricultura com intuito de reduzir a dependência alimentar garantindo a soberania alimentar nos meios não urbanos, por meio de implantação de sistemas economicamente justos, persistentes para a população mais vulnerável. Neste sentido, no Setor de Farim, a KAFO possui um dos seus mais importantes centros, em Djalicunda com uma estação radiofônica “a rádio comunitária voz de Djalicunda” que permite a comunicação entre camponeses para o desenvolvimento comunitário, além disso, o manual de gestão de Kafo-com (2015), uma micro empresa dentro da KAFO, mostra que o projeto conta com uma pequena empresa de transformação cuja marca “Sabores da tabanca” que incentiva “bibi sumo natural, produto di no Tera” cognominado CETD e Kafo-COM.

A KAFO busca melhorar o bem-estar social e econômico da classe trabalhadora agrícola, reduzindo a dependência alimentar e garantindo a soberania alimentar nos meios não urbanos. O projeto visa implementar sistemas economicamente justos, persistentes para a população mais vulnerável, promovendo métodos favoráveis para alcançar “alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano” (Ecopestsupression, 2021, p. 3).

Considerando-se o papel e a grande importância das mulheres em zonas rurais e urbanas na Guiné-Bissau, para a gestão e suporte dos desafios socioeconômicos em unidades familiares. No entanto, as estratégias que visam ajudar para a superação de obstáculos que dificultam

o empoderamento social e econômico das referidas e luta pela justiça social voltada ao acesso da equidade em trabalho e proteção social é indispensável. Não obstante, "o compromisso da Federação KAFO perante cerca de 15.000 Mulheres Rurais, cujo 10% são leaders nas comunidades, passa por atividades de formação, de capacitação técnica e profissional" (Ecopestsupression, 2021, p.1).

Entretanto, a KAFO reforça e incentiva "a liderança feminina", pois cria alternativas econômicas fundamentais para o fomento do empoderamento das mulheres rurais "nos domínios da produção, transformação, marketing e comercialização dos produtos locais (produtos da terra)" (Ecopestsupression, 2021, p.2).

Outro ponto importante que o projeto ocupa no país é a cobertura da ausência de áreas protegidas na Região de Oio inteira, e conseqüentemente no Setor de Farim. A KAFO tem-se ajudado, no entanto, na preservação e/ou conservação do meio ambiente auxiliando na capacidade de adoção de um modelo sustentável do uso das florestas comunitárias.

A atuação da KAFO no setor de Farim é de suma relevância, pois colabora positivamente para o conhecimento ecológico tradicional. O projeto buscou vias legais de restrições das suas florestas comunitárias e, portanto, incentiva cobranças para qualquer ato nocivo das matas preservadas, sendo feita as cobranças conforme a escala e natureza do ato (Camara, 2015).

De salientar que, diante do problema da exploração madeireira ocorrida em 2012, na Guiné-Bissau, mais de centena dessas florestas não foram atingidas. Acredita-se que tais florestas poderão futuramente salvaguardar o país em termos ecológicos, pois possibilitam o acesso mais rápido de recursos fundamentais nas comunidades locais (Camara, 2015).

O diretor executivo do projeto, KAFO, afirma que o projeto conta com mais de 20 mil hectares de florestas comunitárias atualmente. Com uma boa gestão por agentes florestais capacitados para se ocuparem da manutenção das áreas e que tais florestas comunitárias permitem preservar

a fauna e a fertilidade da terra ainda contribuindo para a preservação dos recursos hídricos e travar o processo da seca na zona onde se encontram. Entretanto, “um dos desafios, segundo a federação, é conseguir legalizar estas florestas comunitárias, onde vivem mais de 15 mil famílias”(Camara,2015, p.2).

A partir de meados da década de 1990, se intensificou os processos de criação e implementação de parâmetros e políticas internas de segurança alimentar e nutricional (SAN) em todos os países de CPLP, entretanto, alguns fatores são tidos como principais que ocasionaram esse impulso (Pinto; Seck, 2013).

Neste sentido, é reconhecível a tamanha particularidade entre os países pertencentes à CPLP em termos demográficos, geográficos, econômicos, políticos etc. justificando-se as discrepâncias nos seus níveis de progresso e particularidades próprias (Pinto; Seck, 2013).

Conforme parafraseado o ponto de vista do Pinto (2011) pelo Pinto; Seck (2013) as referidas diferenças entre os países em pauta, atualmente são perceptíveis nos padrões de indicadores da insegurança alimentar e nutricional, na vanguarda de formulação e/ou implementação de políticas públicas, bem como adequados quadros, institucionais e orçamentais para a vulgarização da SAN e satisfação do direito à alimentação.

Outro importante projeto que atua nesta área é a Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional nos PALOPs (REDSAN-PALOP) caracterizado como Um espaço de articulação de organizações de múltiplos temas da sociedade civil que trabalham em rede para fortalecer o diálogo com governos e organizações internacionais a fim de influenciar a agenda política de segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação (REDSAN-PALOP, 2012 , p 2).

A REDSAN-CPLP é formada por redes da sociedade civil de cada nacionalidade parceira da CPLP representando a sua comunidade. No entanto, ela tem mobilizado mais de 400 organizações, compreendendo associações de agricultores, pescadores, mulheres, pessoas com HIV/SIDA,

grupos de jovens, organizações de consumidores, ONG, etc. (Pinto; Seck, 2013).

Entretanto, os autores frisam que em termos organizacionais, as políticas, planos e agendas da REDSAN-CPLP são autônomas, e, portanto, assumem definições intrínsecos de intervenção em domínio das prioridades especiais de cada Estado. Não obstante, tem-se o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) como mais antigas das redes mencionadas, essa possui um histórico muito produtivo no concernente a aliança e intervenção pública e política na batalha contra à fome no Brasil, a datar de 1988. E a mais atual a Rede Portuguesa pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (ReAlimentar), que começou a sua intervenção somente em 2011, fazendo com que a rede se encontrasse no seu estágio inicial de consolidação (Pinto; Seck, 2013).

Independentemente da REDSAN-CPLP, existem outras redes e articulações trabalhando nas comunidades com temas ligados a SAN, tendo contributos iguais e decisivos para a aliança coletiva. Citando a Plataforma de Camponeses da CPLP como um exemplo desses projetos. A iniciativa foi decretada em 2012, ao decorrer da Conferência Rio+20 que contou com a participação das estruturas representativas dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais existentes internacionalmente (Pinto; Seck, 2013).

No que tange ao funcionamento desses temas diversos nos projetos e redes que atuam na Guiné-Bissau, a Federação Camponesa Kafo, apesar da sua existência antes da Conferência Rio+20 em 2012, foi reconhecida, no entanto, na lista das Federações Nacionais parceiras da Plataforma de Camponeses da CPLP.

Vale mencionar a Rede da Sociedade para a Segurança e Soberania Alimentar (RESSAN GB), que surgiu em 2008 na Guiné-Bissau, “após o Workshop sobre o Direito à Alimentação”, organizado pela sociedade civil [...] “O apoio da Plataforma de ONGs da Guiné-Bissau (PLACON-

GB) e da ActionAid foram cruciais para o andamento do processo na sua fase inicial" (REDSAN-PALOP, 2012, p. 20).

Conforme a fonte, acredita-se que os problemas do mal estar político e organizacional presente no país e a grande instabilidade da situação política do Estado guineense e a falta de meios que compensem as despesas produtivas básicas culminaram uma desorganização e a ameaça para a extinção do PLACON-GB, levando o comprometimento da vontade dos trabalhadores da rede, reverberando negativamente nos esforços para o fortalecimento da mesma rede.

Entretanto, a ideia de surgimento de organizações nas comunidades rurais tem sido uma das iniciativas e/ou ações mais cruciais para a mitigação da pobreza e da fome nas aldeias da Guiné-Bissau, visto que essa população sobrevive diretamente das suas práticas agrícolas através do conhecimento empírico, carecendo maioritariamente de acompanhamentos do Estado e conseqüentemente conhecimento formal do uso racional (sustentável) do meio ambiente. Não obstante, esse cenário tem-se contribuído negativamente nos problemas concernentes ao uso sustentável dos recursos naturais no país.

É reconhecível, no entanto, a importância e desafio da discussão sobre a segurança alimentar e nutricional na Guiné-Bissau, considerando-se os limites ambientais e da educação ambiental, crucial porque o povo guineense vive de um modelo de governação desprovida de políticas públicas. Desafiador, pois defende em partes a preservação e/ou a conservação do meio ambiente. Neste sentido, diante desse problema, tem se verificado uma disputa de embate florestal para espaços de cultivo e substituição das florestas nativas do país e construção de casas em zonas úmidas designadas " bolanhas ". Tornando o debate ainda mais urgente e interessante para o combate dessas ações (De Oliveira, 2020).

"Na última década, principalmente de 2012 até os dias atuais, a Guiné-Bissau tem sido alvo de uma crescente exploração dos recursos

naturais, concretamente de corte abusivo das madeiras nas suas matas" (Fernandes, 2019, p.13).

Ainda Barros (2017), reforça a emergência gritante da situação da relação homem-natureza na Guiné-Bissau, motivado pela desgovernança e falta de compromisso do Estado que agravou a instabilidade do status político do país, que se evidenciou mais em 2012, após o golpe militar que ficou conhecido como "12 de abril", levando o país a ser liderado pelo governo de transição motivando a instalação dos Chineses no país para a exploração de madeira de uma espécie vegetal nativa da região.

Todavia, pode se tornar enigmático a resposta da questão, de que modo o povo guineense, em particular a classe trabalhadora poderia lidar com o problema de desmatamento em face ao cenário político que ignora a legislação ambiental do país, considerando-se os legados da sustentabilidade ambiental para o benefício socioeconômico e ambiental nacional?

Conforme De Oliveira (2020, p. 12) "As ONG têm um contato direto e próximo com as comunidades, facilitando assim a compreensão dos seus problemas, gerando estratégias e projetos, que educam, incluem, sensibilizam, conscientizam e preservam o ambiente e o meio comunitário".

No entanto, a atuação das organizações rurais na Guiné-Bissau, sendo muito importantes para a não descentralizada do sistema político do Estado guineense para facilitar a relação homem-natureza sobre a sustentabilidade socioeconômico dos pequenos produtores, porém em termos jurídicos se consideram legais a sua existência (Dabo, 2022; De Castro Lima; Insali, 2019).

A prova disto, a constituição do país delibera no seu artigo 55º o seguinte: "Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei" (Guiné-Bissau, 1996).

Em conformidade com a sentença, vê-se que a ideia das organizações rurais são legalmente aceitos no país, visto que seus propósitos, apesar de serem atrelados só para facilitar a comunidade local em satisfazer suas necessidades básicas, sem muitas vezes considerar a legislação ambiental, em contrapartida, os apoios e acompanhamentos das ONGs entram como importantes complementos e fundamentais ferramentas para contribuir no desenvolvimento sustentável, além de auxiliar para o melhor entendimento ecológico tanto tradicional como científico das comunidades rurais sobre o meio ambiente.

Neste sentido, a intervenção das Organizações não governamentais (ONGs), na Guiné-Bissau nas organizações das comunidades rurais com ideias de fomentar o conhecimento e práticas de conservação da biodiversidade e agrobiodiversidade ainda fortaleceram mais a importância das organizações comunitárias para um caminho do desenvolvimento sustentável mais breve possível, pois as ONGs consideram os dilemas ambientais nas suas práticas cotidianas servindo como modelos a seguir, no processo de conservação da biodiversidade e agrobiodiversidade em meios rurais.

Apesar da importância da intervenção das ONGs em comunidades rurais na Guiné-Bissau, acredita-se que “a criação de estratégias educativas, sendo formais, não formais ou informais, é uma das formas mais eficazes para promover mudanças de atitudes e comportamentos em prol do ambiente e da sustentabilidade”, podendo ser alcançadas por meio de sensibilizações e através dos princípios da educação ambiental (De Oliveira, 2020 , p.15).

São caminhos para a superação dos problemas ambientais, às oportunidades da educação formal, informal e não formal, quando se pretende instigar mudanças de hábitos, comportamentais, atitudes correlação à sustentabilidade. No caso da Guiné-Bissau um país com grande escala do número de analfabetismo, com mais de 45% , recorre-se neste caso, pela educação não formal e informal como

formas mais adequados para conciliar os conceitos da educação ambiental e sustentabilidade para o povo, tendo em vista que muitos cidadãos do país não têm o sistema do ensino formal (De Oliveira, 2020, p.15).

Os resultados de um estudo de caso feito no Setor de Farim e Mansaba, na mesma região do Estado, reforça a ideia da De Oliveira (2020), no que diz respeito ao nível de analfabetismo nesta área e no país em geral. O estudo contou com 100 participantes, sendo 50 agricultores e 50 consumidores (não agricultores). De acordo com os autores, sobre "a(sic) nível de escolaridade, identificou-se que a maioria dos entrevistados possuíam ensino primário (52%), seguida dos analfabetos (34%), salientando que no universo dos entrevistados, não se verificou pessoas com nível superior de ensino". No entanto, acreditam ainda que, "este resultado pode influenciar no conhecimento e compreensão, assim como uma visão holística da importância e benefícios da agricultura orgânica". Assim, sobre os produtos mais cultivados no município de Farim e Mansaba, os pesquisadores constataram que predominam hortaliças 68% e as frutas 32% de acordo com o universo das pessoas inqueridas (DJÚ et al., 2021, p. 51-52).

Em contrapartida, Caporal (2016), acredita que a elaboração de "estratégias" que possam melhorar os níveis de sustentabilidade, demanda assumir um novo modelo para o progresso rural e agrícola, o que pode ser efetivado por meio de um enfoque agroecológico.

Diante do exposto, destacam-se seis principais elementos encontrados como resultados do contributo e importância da Kafô no Setor de Farim, e no país como um todo: a) intermediação entre o povo rural e o Estado, educação ambiental, formação cidadã e instigação para a emancipação da classe trabalhadora; b) mobilização para uma participação social e cidadã mais ativa das pessoas de zonas rurais; c) incentivo para as práticas sustentáveis que contribuem no reflorestamento da mata através das florestas comunitárias, salvando ecossistemas e

qualidade do solo; d) auxílio para o desenvolvimento de organizações rurais e na amenização da fome; e) contribuição para o conhecimento sociológico e na autoconscientização das comunidades rurais sobre a importância do meio ambiente, além do empoderamento das mulheres e justiça social; f) busca de alternativas para evitar desperdício de alimentos através de técnicas de conservação dos alimentos a longo prazo.

3 CONCLUSÃO

Considerando-se as nossas interpretações e análise dos aspectos socioambientais que a literatura nos propôs desde o surgimento dos primeiros debates que visam melhorar a relação homem-natureza no Mundo, percebe-se que na Guiné-Bissau este assunto é menos discutido.

No entanto, acredita-se que as ações que marcaram as expectativas da criação do projeto da federação camponesa KAFO, principalmente a erradicação da fome em meios rurais, preservação da biodiversidade, gestão do uso sustentável do meio ambiente, empoderamento das mulheres em zonas não urbanas e agricultores, são cruciais para a conservação da biosistema no país, pois evita o desmatamento das florestas pela população e outras práticas insustentáveis.

Portanto, a atuação da KAFO é de suma importância para o bem estar econômico social e cultural dos camponeses das aldeias do setor de Farim e no país como um todo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E. D. População, desenvolvimento e sustentabilidade: perspectivas para a CIPD pós-2014. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 31, p. 219-30, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/yQvMkqkfKz6DfzFfqJHkrLQ/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 08 jul. 2023.
- BIAI, N.; DE SOUSA, R. F. Educação Ambiental e Percepção dos problemas ambientais da Guiné-Bissau pelos Guineenses. CONEDU, 2019. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA14_ID14333_02102019112616.pdf. Acesso em: 28 set. 2023.

BARROS, M. Guiné Bissau e a gestão comunitária de florestas como oposição às pilhagens público-privadas de recursos naturais. *Correio da Cidadania*, Brasil, 21 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2017/12/21/guine-bissaue-a-gestao-comunitaria-de-florestas-como-oposicao-as-pilhagens-publico-privadas-derecursos-naturais>. Acesso em: 01 de out de 2023.

CAMARÁ, F. T. Como salvar as florestas da Guiné-Bissau? *DW África*, Guiné-Bissau 16. 11. 2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/como-salvar-as-florestas-da-guine%C3%A9-bissau/a-18853545>. Acesso em: 2 out. 2023.

CAPORAL, F. R.. Poderá a Agroecologia responder aos cinco axiomas da sustentabilidade?. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 11, n. 4, 2016. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/20668>. Acesso em: 10 jul. 2023.

DABÓ, B. S. Importância das organizações não governamentais (ong) no desenvolvimento. 2022. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/26299>. Acesso em: 7 jul. 2023.

DE CASTRO LIMA, M. J. P.; INSALI, V. História da codificação do direito civil em Guiné-Bissau. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito*, v. 29, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rppgd/article/download/32703/19278>. Acesso em: 7 jul. 2023.

DE OLIVEIRA, P. S. As ações de educação ambiental desenvolvidas pelas ONG nas comunidades rurais da Guiné-Bissau. 2020. Tese de Doutorado. Instituto Politécnico de Braganca (Portugal). Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/ef8e20e02e21ed069ad369e2a384a8fa/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>. Acesso em 5 jul. 2023.

DIAS, A. A. S.; DE OLIVEIRA DIAS, M. A. Educação ambiental. *Revista de direitos difusos*, v. 68, n. 2, p. 161-178, 2017. Disponível em: <http://ibap.emnuvens.com.br/rdd/article/view/29>. Acesso em: 7 jul. 2023.

DJÚ, D. et al. Benefícios e desafios da agricultura orgânica em Guiné-Bissau: um estudo de caso. In: NASCIMENTO, T. V. S. et al. *Agroecologia: métodos e técnicas para uma agricultura sustentável*, v. 5, n. 1, p. 47-55, 2021. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.org/articles/210605148.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2023.

ECOPESTSUPPRESSION. Conservar a biodiversidade, garantir a segurança alimentar: o papel de morcegos e aves como agentes de supressão de insetos-praga na cultura de arroz na África Ocidental, 2021. Disponível em: <https://www.riceguardians.com/>. Acesso em: 7 jul. 2023.

FERNANDES, H. D. F. A política ambiental e desenvolvimento sustentável na Guiné-Bissau: um estudo sobre o Instituto da Biodiversidade das Áreas Protegidas (IBAP). 2019. Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1769/1/2019_proj_helcimfernandes.pdf. Acesso em: 7 jul. 2023.

GUINÉ-BISSAU. Constituição da república da Guiné-Bissau. 1996. Disponível em: https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/guine_constituicao.pdf. Acesso em: 06 jul. 2023.

LAMIM-GUEDES, V. Crise ambiental, sustentabilidade e questões socioambientais. *Ciência em tela*, v. 6, n. 2, p. 1-9, 2013. disponível em: <http://www.cienciaemtela.nutes.ufrj.br/artigos/0602es01.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2024.

NASCIMENTO, S. P. Desperdício de alimentos: fator de insegurança alimentar e nutricional. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 25, n. 1, p. 85-91, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8649917>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PINTO, J.; SECK, S. Sociedade Civil e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP: desafios para a mobilização e participação social. 2013. Disponível em: http://www.actbr.org.br/uploads/conteudo/941_livro_seguranca_alimentar.pdf#page=136. Acesso em: 5 jul. 2023.

REDSAN-PALOP, L. A. Movilización Social para la Seguridad Alimentaria y Nutricional: experiencia de trabajo em redes multi- temáticas de la REDSAN-PALOP. Disponível em: https://www.fao.org/fileadmin/templates/righttofood/documents/project_m/cplp/REDSAN_ES.pdf. Acesso em: 8 jul. 2023.

Sobre o(s) autor(es)

Queita Embaló - Graduando em Licenciatura em Ciências Biológicas na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção, CE. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). E-mail: embaloqueita93@gmail.com

Reginaldo de Oliveira Nunes - Pós Doutorado em Educação pela Universidade de Lisboa (UL), Doutorado e Mestrado em Fitotecnia pela Universidade Federal de Viçosa, Especialista em Didática do Ensino Superior pela Faculdade de Cacool (FACIMED), Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e em Pedagogia pela Universidade da Lapa (FAEL). Professor Adjunto no Instituto de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção, CE. E-mail: reginaldonunes@unilab.edu.br